A ESCRITA EM ESPIRAL COMO PRÁTICA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESCRITA

Autoria: Lívia Letícia Zanier Gomes - - -

Resumo: A escrita textual é recorrentemente foco de pesquisas acadêmicas, também sob o aporte do interacionismo sociodiscursivo, aporte teórico-metodológico sobre o qual repousa esta pesquisa. Todavia, resultados díspares encontrados sobre um de seus desdobramentos mais recorrentes, o da reescrita, são vistos nesses trabalhos, ora tida como ferramenta absolutamente eficaz e ora tida como a mal compreendida pelo docente e, portanto, como a mal-usada ferramenta. Neste trabalho, propomos uma tese em partes diferente da reescrita que é a da escrita em espiral. Esta se apresentar enquanto possibilidade de desenvolvimento linguageiro discente agrupando os fatores correção escrita, feedback individual e feedback coletivo, apontando, ainda, a necessidade de uma reforma política no entendimento da importância da carga-horária (versus número de alunos) atribuída ao professor de Língua Portuguesa para que se efetive enquanto proposta exequível em realidades diferentes da realidade em que nesta pesquisa se desenvolveu. Esta pesquisa foi realizada em duas turmas de terceiro ano de ensino médio de realidade pública federal e encontra-se ainda em desenvolvimento e análise. A escrita em espiral é uma proposta de ensino de escrita para ser realizada em grupos reais de alunos (salas de aula tradicionais) em que o mesmo texto não precisa ser reescrito por eles após corrigido pelo professor. Estima-se que o conhecimento que o aluno adquire com a visualização dos seus erros e dos erros dos colegas no feedback individual e coletivo, bem como com a leitura de trechos tidos como “exemplares” realizados por ele e pelos colegas é transposto às produções posteriores e, assim, a construção da capacidade linguística textual se desenvolve. Como suporte teórico-metodológico, traz o interacionismo sociodiscursivo de Bronckart (1999); para conceituação do termo feedback, Merry et al (2013); Kluger & Denisi (1996) e Hattie & Timperley (2007); para ato avaliativo, Luckesi (2000) e para ações corretivas, Hadji (2001) e Méndez (2002).